

Aula 04

BNB (Analista Bancário) Conhecimentos Gerais (Tópico 1) - 2023 (Pré-Edital)

Autor:
Leandro Signori

07 de Março de 2023

Índice

1) Organização Política e Territorial do Brasil	3
2) Censo Demográfico	5
3) O Brasil e a Questão Migratória	14
4) IDH	17
5) Chuva extremas, enchentes e deslizamentos de encostas no Brasil	21
6) Questões Comentadas - Organização Política e Territorial do Brasil - Multibancas	26
7) Questões Comentadas - Censo Demográfico - Multibancas	27
8) Questões Comentadas - O Brasil e a Questão Migratória - Multibancas	32
9) Questões Comentadas - IDH - Multibancas	36
10) Lista de Questões - Organização Política e Territorial do Brasil - Multibancas	38
11) Lista de Questões - Censo Demográfico - Multibancas	39
12) Lista de Questões - IDH - Multibancas	41



ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E TERRITORIAL DO BRASIL

Na sua atual configuração política, o Brasil é uma República Federativa composta por 26 **estados**, mais o **Distrito Federal**, e por 5.568 **municípios**. O sistema federativo foi adotado a partir de 1889, com a Proclamação da República, que transformou as então províncias em estados.

A **organização político-administrativa** da República Federativa do Brasil comprehende a **União**, os **Estados**, o **Distrito Federal** e os **Municípios**, **todos autônomos**, nos termos da Constituição Federal. O governo de qualquer um deles não pode determinar o que o governo do outro pode ou não fazer. Cada um exerce suas competências dentro dos limites reservados pela Constituição.

Os estados são regidos por Constituições Estaduais e os municípios por Leis Orgânicas Municipais, cujos princípios não podem contrariar os da Constituição Federal e Estadual. Ambos elegem os seus governantes e representantes no Poder Legislativo.

Estrutura dos Poderes

O Brasil adota a estrutura de organização dos poderes políticos em três grandes poderes, ideia que foi desenvolvida na época do Iluminismo e foi sistematizada pelo filósofo Montesquieu. O Estado Brasileiro é formado pelo Poder Executivo, Legislativo e Judiciário. Essa divisão é uma cláusula pétrea na Constituição Federal, isto é, não pode ser alterada por Proposta de Emenda à Constituição (PEC).

Poder Executivo

A atribuição do Executivo é a de governar o povo e administrar os interesses públicos. Juntamente do Legislativo, participa da elaboração de leis e as executa.

O chefe do Poder Executivo em nível federal é o Presidente da República. Em nível estadual, são os Governadores, e, em nível municipal, são os Prefeitos.

Poder Legislativo

A atribuição central do Legislativo é de elaborar e propor as leis que regerão a sociedade.

O Poder Legislativo brasileiro em nível federal é bicameral, ou seja, é constituído por duas câmaras: o Senado Federal e a Câmara dos Deputados. Seus representantes são, respectivamente, os Senadores e os Deputados Federais.

Nos estados, o Poder Legislativo é constituído pelas Assembleias Legislativas Estaduais, compostas pelos Deputados Estaduais.

Já em nível municipal, os representantes do Poder Legislativo são os Vereadores.



Poder Judiciário

O Poder Judiciário é constituído em suas instâncias mais altas pelo Supremo Tribunal Federal e pelos tribunais superiores de Justiça, do Trabalho, Eleitoral e Militar. É representado pelos juízes, desembargadores e ministros.

Tem a capacidade e a prerrogativa de julgar de acordo com as regras constitucionais e leis do país. Dos três poderes, é o único cujos titulares não são eleitos pela população.



Organização Política e Territorial do Brasil

O Brasil é uma República Federativa composta por 26 **estados**, mais o **Distrito Federal**, e por 5.568 **municípios**.

A **organização político-administrativa** da República Federativa do Brasil compreende a **União**, os **Estados**, o **Distrito Federal** e os **Municípios**, **todos autônomos**, nos termos da Constituição Federal.

O Brasil adota a estrutura de organização dos poderes políticos em três grandes poderes, ideia que foi desenvolvida na época do Iluminismo e foi sistematizada pelo filósofo Montesquieu. O Estado Brasileiro é formado pelo **Poder Executivo, Legislativo e Judiciário**. Essa divisão é uma cláusula pétrea na Constituição Federal, isto é, não pode ser alterada por Proposta de Emenda à Constituição (PEC).



CENSO DEMOGRÁFICO

O Brasil tem **203.062.512 habitantes**. Os dados são do Censo Demográfico de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O número está abaixo das projeções anteriores do Instituto para a população do país. Pela estimativa populacional de 2021, o Brasil teria 213,3 milhões de habitantes. Em 28 de dezembro de 2022, já com dados prévios do levantamento, o IBGE revisou a estimativa para 207.750.291, ou 4.687.779 de pessoas acima do cálculo final.

Essa expressiva diferença nos números ainda será objeto de muita análise por demógrafos e pesquisadores. Fato é que a população cresceu bem menos do que se projetava, mas isso não afeta o nosso estudo, nem a lisura, a transparência e a eficiência do Censo Demográfico.

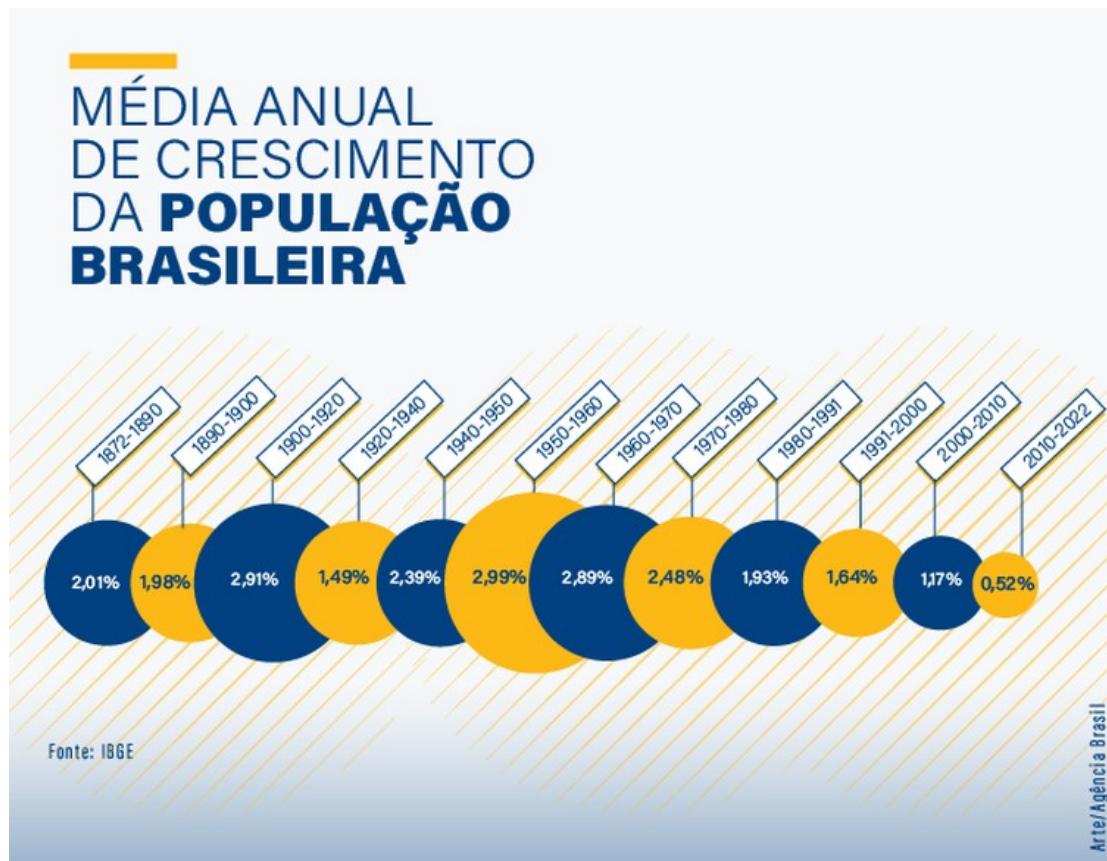


O Brasil tem **203.062.512 habitantes**.

Durante o período de 2010 a 2022, a população brasileira passou de 190,7 milhões para 203 milhões de habitantes, um aumento aproximado de 12 milhões de pessoas, ou 6,5%. A taxa de crescimento anual de 2010 a 2022 foi de **0,52%**, sendo essa **a menor taxa de crescimento já registrada desde o início da pesquisa, em 1872**.

No infográfico a seguir, veja a média de crescimento anual da população brasileira ao longo das décadas e observe essa redução no período recente:





Fonte: Agência Brasil.

A principal razão para a redução das taxas de crescimento da população é o **declínio das taxas de fecundidade e natalidade**. O número médio de filhos por mulher segue em queda no Brasil.



A taxa de natalidade é o número de nascimento por mil habitantes em um determinado período de tempo, geralmente um ano. A taxa de fecundidade é o número médio de filhos por mulher. Ambas as taxas estão em queda desde a década de 1960.

Paralelamente à redução acentuada da natalidade, a **expectativa de vida** do brasileiro vem crescendo, um reflexo da melhoria geral das condições de vida e saúde no país.

A combinação desses dois fatores – redução das taxas de fecundidade somado ao aumento da esperança de vida – tem gerado, como consequência, o **envelhecimento da população brasileira**, isto é, a presença cada vez maior de idosos na população em relação aos jovens e adultos.

No que diz respeito às cinco macrorregiões brasileiras, a distribuição da população é a seguinte:



Região	População (2022)	População percentual em relação ao total	Taxa de crescimento anual (2010 - 2022)
Sudeste	84,8 milhões	41,8%	0,45% ao ano
Nordeste	54,6 milhões	26,9%	0,24% ao ano
Sul	29,9 milhões	14,7%	0,74% ao ano
Norte	17,3 milhões	8,5%	0,75% ao ano
Centro-Oeste	16,2 milhões	8%	1,23% ao ano
Total	203 milhões	100%	0,52% ao ano

Analisando-se os censos demográficos de 2010 e 2022, o crescimento anual da população não ocorreu de maneira uniforme entre as grandes regiões. Embora seja menos populoso, o Centro-Oeste registrou maior crescimento nos últimos 12 anos. Sudeste e Nordeste, as duas regiões mais populosas, foram as que tiveram a menor taxa de crescimento anual no mesmo período.

Os dados do Censo Demográfico 2022 são de divulgação recente e inicial, pois são os primeiros resultados. As análises também são iniciais e incipientes. Por isso, já temos muitos gráficos, mas pouca análise, o que deverá ocorrer na sequência da divulgação de mais resultados pelo IBGE.

Com relação aos Estados e o Distrito Federal, **o estado de São Paulo continua a ser o mais populoso do país**, com 44,4 milhões de habitantes, cerca de um quinto da população brasileira (21,8%).

Veja no infográfico a seguir, divulgado pelo IBGE, a distribuição da população brasileira nas cinco grandes regiões e nos estados:

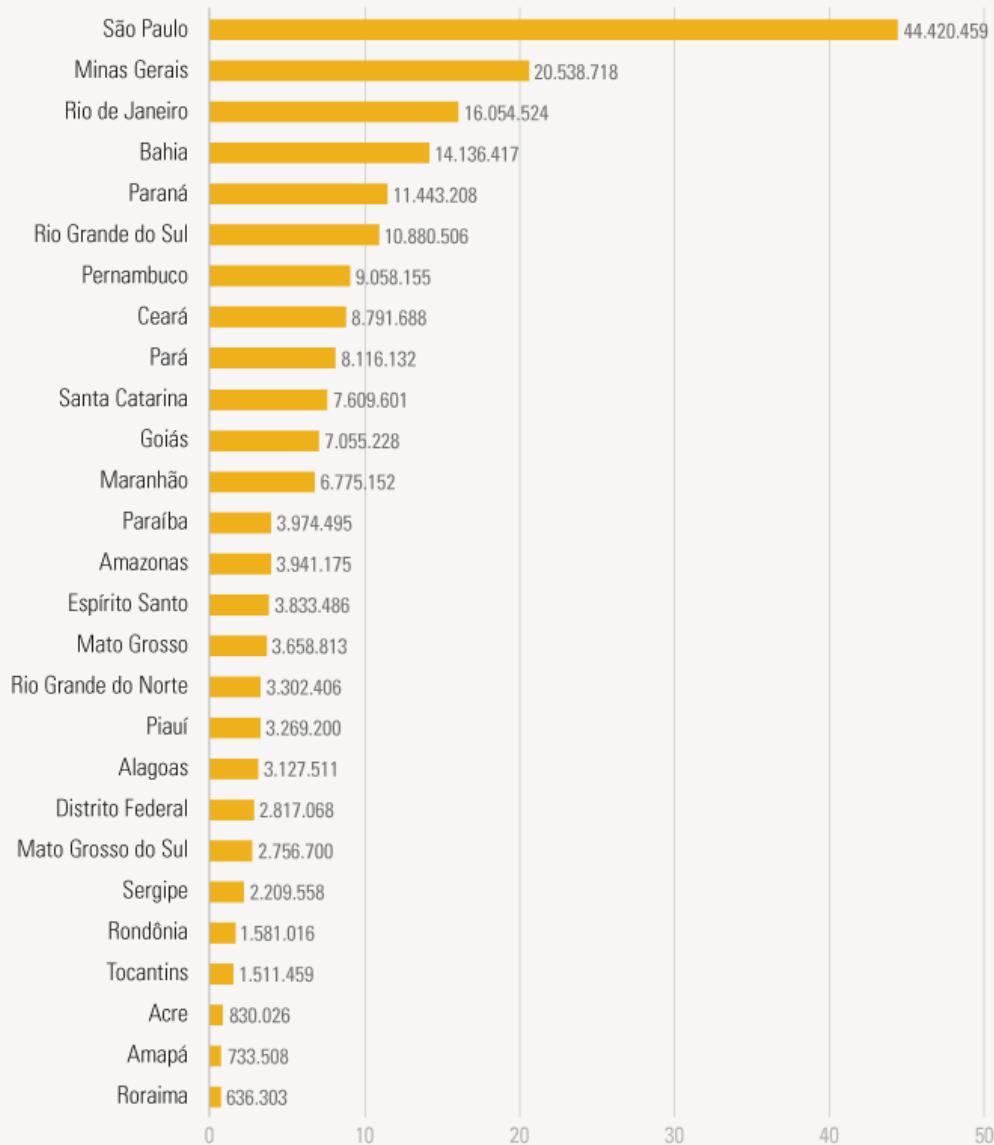
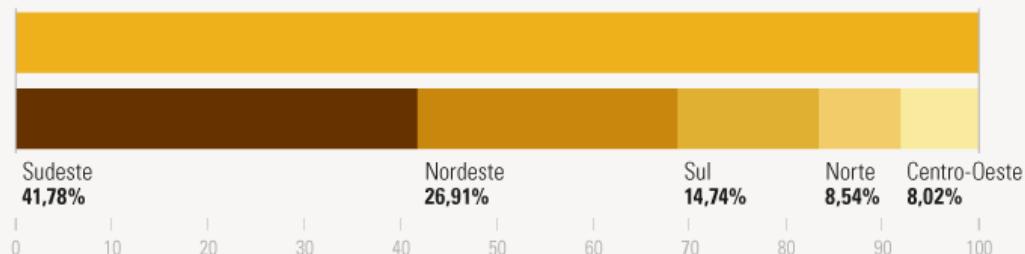


População residente no Brasil

Grandes regiões e unidades da federação



Brasil **203.062.512 habitantes**



Fonte: Censo Demográfico 2022: População e domicílios - Primeiros resultados

AGÊNCIA IBGE
NOTÍCIAS



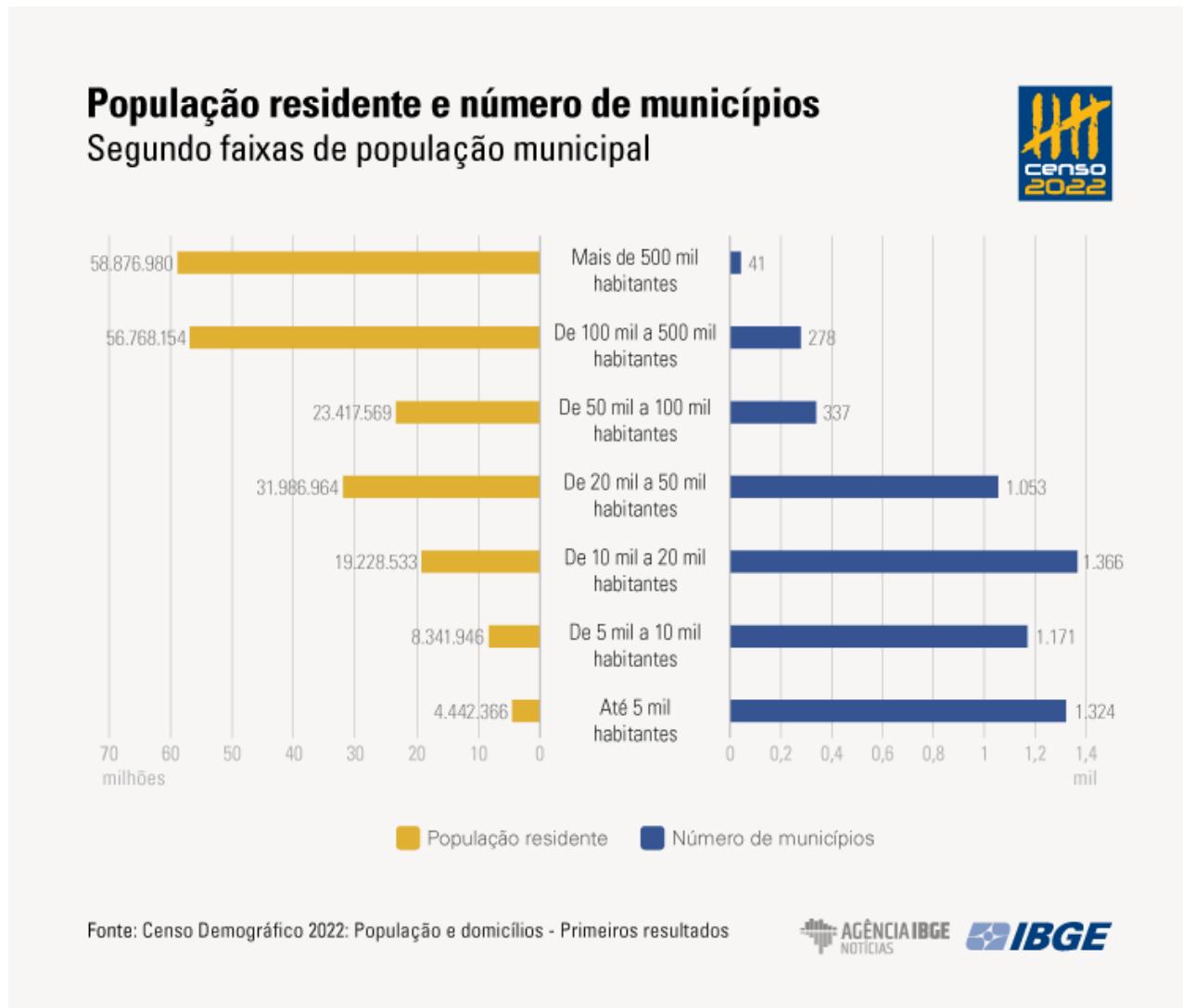
Catorze estados e o Distrito Federal registraram taxas de crescimento anual acima da média nacional (0,52%) em 2022.

Além de Roraima (2,92%), que passou de uma população de 450.479, em 2010, para 636.303, em 2022, destacaram-se no crescimento populacional Santa Catarina (1,66%), Mato Grosso (1,57%), Goiás (1,35%), Amazonas (1,03%) e Acre (1,03%).

Entre os estados que menos cresceram (com variação de 0,1% ou menos) está o Rio de Janeiro (0,03%), o terceiro mais populoso do país. A população fluminense passou de 15,9 milhões, em 2010, para 16,1 milhões, em 2022. Os demais foram Alagoas (0,02%), Bahia (0,07%) e Rondônia (0,10%).

Quase metade dos municípios do país tem até 10 mil habitantes

Há 5.568 municípios no país, e quase metade (44,8%) desse total tinha até 10 mil habitantes em 2022. Nesses 2.495 municípios, viviam 12,8 milhões de pessoas. A maior parte da população do país (57% do total) habitava apenas 319 municípios, o que evidencia que **as pessoas estão concentradas em centros urbanos acima de 100 mil habitantes**.



Os 20 municípios mais populosos do país concentravam 22,1% do total da população, e 17 deles são capitais. Os demais foram Guarulhos e Campinas, em São Paulo, e São Gonçalo, no Rio de Janeiro. A capital paulista aparece em primeiro lugar no ranking, com 11,5 milhões de habitantes, seguida do Rio de Janeiro (6,2 milhões) e Brasília (2,8 milhões).

Por outro lado, três municípios tinham menos de mil habitantes: Serra da Saudade, em Minas Gerais, com 833 pessoas, Borá, em São Paulo (907), e Anhanguera, em Goiás (924).

Veja a lista com os 10 municípios com as maiores populações do Brasil:

- 1. São Paulo (SP)** – 11.451.245 habitantes;
- 2. Rio de Janeiro (RJ)** – 6.211.423 habitantes;
- 3. Brasília (DF)** – 2.817.068 habitantes;
- 4. Fortaleza (CE)** – 2.428.678 habitantes;
- 5. Salvador (BA)** – 2.418.005 habitantes;
- 6. Belo Horizonte (MG)** – 2.315.560 habitantes;
- 7. Manaus (AM)** – 2.063.547 habitantes;
- 8. Curitiba (PR)** – 1.773.733 habitantes;
- 9. Recife (PE)** – 1.488.920 habitantes;
- 10. Goiânia (GO)** – 1.437.237 habitantes.

Veja a lista com os 10 municípios com as menores populações do Brasil:

- 1. Serra da Saudade (MG)** – 833 habitantes;
- 2. Bora (SP)** – 907 habitantes;
- 3. Anhanguera (GO)** – 924 habitantes;
- 4. Araguainha (MT)** – 1.010 habitantes;
- 5. Novo Castilho (SP)** – 1.062 habitantes;
- 6. Cedro do Abaete (MG)** – 1.081 habitantes;
- 7. Andre da Rocha (RS)** – 1.135 habitantes;
- 8. Oliveira de Fátima (TO)** – 1.164 habitantes;
- 9. União da Serra (RS)** – 1.170 habitantes;
- 10. São Sebastião do Rio Preto (MG)** – 1.259 habitantes.



Leitura Complementar:

As oportunidades e os desafios dos bônus demográficos com os novos números do Censo 2022

É mais fácil acompanhar a navegação de longo prazo da demografia do que da economia

José Eustáquio Diniz Alves

Demógrafo e pesquisador aposentado do IBGE. Foi professor titular da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do instituto.

A demografia e a economia são dois campos profundamente relacionados. Mas enquanto a dinâmica econômica oscila e muda de direção velozmente, como nas manobras de um jet ski, a dinâmica demográfica está mais próxima da constância e da estabilidade observadas na rota de um transatlântico. É mais fácil e preciso acompanhar a navegação de longo prazo da demografia do que da economia.

Nesse sentido, a queda do ritmo de crescimento da população não representa qualquer surpresa para os demógrafos. Mas o número de 203 milhões de brasileiros, indicado pelo Censo 2022, trouxe um certo espanto e os cientistas sociais do país terão que se debruçar sobre os novos números do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) para compreender a precisão e a assertividade dos dados.

Indubitavelmente, os números absolutos são importantes, mas, havendo imprecisões, eles podem ser corrigidos por modelagem estatística ou por outras informações provenientes de registros administrativos. Em breve, poderemos avaliar os números relativos e os dados do Censo 2022 servirão para atualizar a amostra das demais pesquisas domiciliares do IBGE. Mas cabe alertar que seria simplismo considerar que o total populacional do Censo signifique que o Brasil terá uma renda per capita maior e uma taxa de desemprego menor. A conta é mais complexa.

O que é líquido e certo é a **continuidade da transição demográfica – redução das taxas de mortalidade e natalidade – e a mudança da estrutura etária brasileira. Esses fenômenos criam oportunidades e desafios.**

A **primeira grande oportunidade** é a **redução do percentual de crianças e jovens, que traz benefícios inquestionáveis**. Famílias menores permitem que os pais troquem o investimento na quantidade para o investimento na saúde e educação dos filhos, aumentando o gasto per capita por criança. Jovens mais saudáveis e mais escolarizados possuem maiores direitos de cidadania e contribuem para as famílias e para o país.

A **segunda grande oportunidade** é a **troca da oferta ilimitada de mão de obra pelo bônus demográfico**. A janela de oportunidade criada pela transição da estrutura etária aumenta a oferta de trabalho de forma temporária. Assim o país tem um período específico para dar um grande salto no desenvolvimento econômico e social.

Os **dados do Censo 2022 mostraram que o fim do primeiro bônus está mais próximo**, mas o país ainda tem um grande desemprego aberto, uma grande quantidade de pessoas subocupadas e um imenso contingente de trabalhadores na informalidade. Portanto, o desafio não é aumentar a população, mas colocar em prática o Pleno Emprego e o Trabalho Decente, famosa e urgente bandeira da OIT.



Por outro lado, **o grande desafio advém do processo de envelhecimento populacional**, que é uma consequência inevitável da transição demográfica. A percentagem de pessoas com 60 anos e mais de idade vai ultrapassar 40% da população total nas últimas décadas do século 21. Haverá menos pessoas em idade considerada de trabalhar e mais pessoas em idade de se aposentar. Este processo é inevitável e universal.

A solução para este desafio está no segundo bônus demográfico (bônus da produtividade) e no terceiro bônus demográfico (bônus da longevidade). A redução do volume de trabalhadores pode ser compensada por trabalhadores mais produtivos que produzem mais com menos. O aumento do volume de idosos pode ser benéfico se contarmos com o envelhecimento saudável e ativo, pois o grande contingente de pessoas da terceira idade deve ser encarado como um ativo, e não com um passivo.

Os primeiros dados do Censo demográfico de 2022 já estão dando muito o que falar. Mas o grosso das informações ainda será divulgado nos próximos meses. O Brasil teve um Censo muito atribulado. O IBGE fez o melhor possível diante das circunstâncias e é com este Censo que conhceremos o perfil demográfico, social e econômico do país. Políticas públicas mais eficientes e decisões eficazes de investimento da iniciativa privada dependem de uma boa análise dos dados do recém-finalizado recenseamento brasileiro.



Censo Demográfico

O Brasil tem **203.062.512 habitantes**, conforme os dados do Censo Demográfico de 2022, realizado pelo IBGE. O número está abaixo das projeções anteriores do Instituto para a população do país, haja vista que a população cresceu bem menos do que se projetava.

Durante o período de 2010 a 2022, o aumento da população brasileira foi de aproximadamente 12 milhões de pessoas, ou 6,5% a mais. A taxa de crescimento anual de 2010 a 2022 foi de **0,52%**, sendo essa a **menor taxa de crescimento já registrada** desde o início da pesquisa, em 1872.

Esses dados mostram que o ritmo de crescimento da população está se desacelerando. A população continua a crescer, mas em um ritmo menor do que nas décadas passadas.

A principal razão para a redução das taxas de crescimento da população é o declínio das **taxas de fecundidade e natalidade**. O número médio de filhos por mulher segue tendência de queda no Brasil ao longo das últimas décadas.

Paralelamente à redução acentuada da natalidade, a **expectativa de vida** do brasileiro vem crescendo, o que reflete a melhoria geral das condições de vida e saúde no país.

A combinação desses dois fatores – redução das taxas de fecundidade somado ao aumento da esperança de vida – tem gerado, como consequência, o **envelhecimento da população brasileira**, isto é, a presença cada vez maior de idosos na população em relação aos jovens e adultos.

A população brasileira está desigualmente distribuída pelo território, com uma concentração de população próxima ao litoral e algumas partes do interior.



Sudeste é a região mais populosa, concentrando **41,8%** da população brasileira. Na sequência, estão o Nordeste (26,9%), Sul (14,7%), Norte (8,5%) e Centro-Oeste (8%). São Paulo é o estado mais populoso.

Entre os anos de 2010 e 2022, o Centro-Oeste foi a região que registrou a maior taxa de crescimento anual. Sudeste e Nordeste, as duas regiões mais populosas, foram as que tiveram a menor taxa de crescimento anual entre 2010 a 2022.

A maior parte da população do país (57% do total) reside em apenas 319 municípios, o que evidencia que **as pessoas estão concentradas em centros urbanos acima de 100 mil habitantes.**



O BRASIL E A QUESTÃO MIGRATÓRIA

O número de estrangeiros que vivem no Brasil cresceu no século XXI. Contribui para isso as ações da diplomacia brasileira de acolher migrantes vítimas de catástrofes naturais ou que fogem de guerras. Contudo, o principal fator é a maior visibilidade brasileira ao redor do planeta. País emergente, uma das maiores economias do mundo, que sediou grandes eventos como a Copa do Mundo em 2014 e as Olímpiadas em 2016.

Os maiores contingentes de imigrantes são da Venezuela, do Haiti e da Bolívia. Além dos latino-americanos, desses e de outros países, aumentou também o número de asiáticos e africanos, principalmente de países como Síria, Senegal, Nigéria e Gana, em geral, fugindo de conflitos bélicos nos seus países.

Os **haitianos** vêm para o Brasil fugindo da situação econômica e social precária e da instabilidade política do país, que também é constantemente afetado por desastres naturais. Um dos principais fluxos de haitianos para o Brasil ocorreu a partir de 2010, logo após um grande terremoto devastar o país. Segundo dados da Polícia Federal, aproximadamente 93 mil haitianos entraram em território brasileiro entre 2010 e 2017.

Já o fluxo de **venezuelanos** que chegou ao Brasil foi mais intenso entre os anos de 2015 e 2019, quando o país passou pelo pior momento de sua crise política e socioeconômica, marcada por uma hiperinflação, grave escassez de medicamentos, suprimentos médicos e alimentos, além de uma repressão implacável do governo e taxas extremamente altas de crimes violentos.

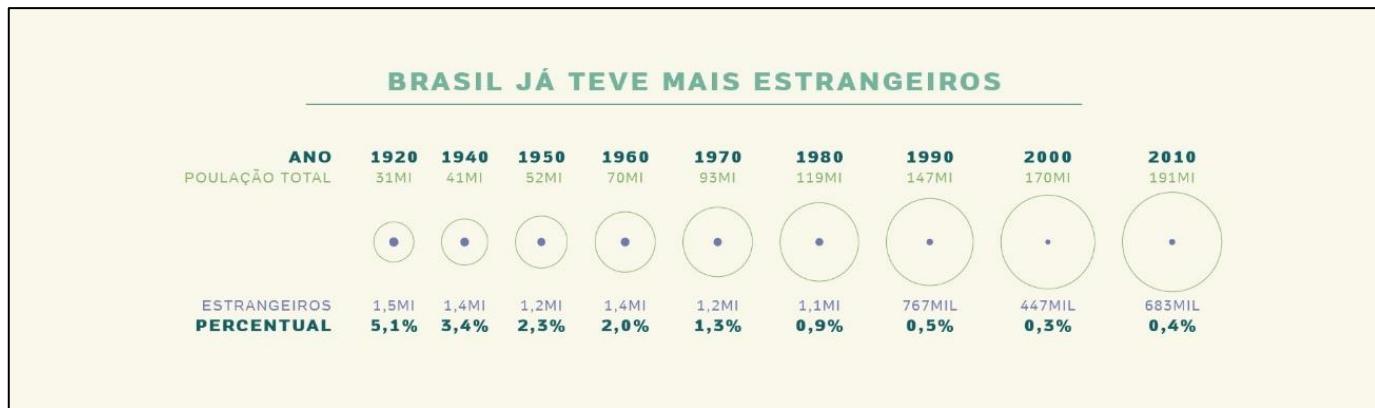
Os venezuelanos entram no Brasil principalmente por Pacaraima, em Roraima. A grande maioria dos que permanecem no Brasil acaba ficando nesse estado, o de menor população, especialmente na sua capital, Boa Vista. Os estados de Roraima e Amazonas enfrentaram surtos de sarampo no ano de 2018. De acordo com o Ministério da Saúde, o surto relacionou-se com a importação de casos, ou seja, de refugiados venezuelanos que entraram no Brasil com o vírus e o transmitiram para brasileiros.

A imigração **boliviana** para o Brasil possui um fluxo mais contínuo se comparado com a dos venezuelanos e haitianos. Não houve um desastre ou evento específico que tenha intensificado essa imigração. As condições socioeconômicas estão na base do fenômeno migratório boliviano. No imaginário da maioria dos bolivianos, o Brasil é um país de oportunidades, com uma população hospitaleira.

Apenas 0,4% de todos os habitantes do Brasil são estrangeiros. Essa é uma proporção bem pequena, principalmente quando comparada com a média mundial dos países em desenvolvimento, que é de 1,7%.

Na Argentina, por exemplo, quase 5% da população não nasceu no país. No Chile (2,7%) e no Paraguai (2,4%), a concentração também é maior. Há mais brasileiros vivendo no exterior do que nascidos no estrangeiro vivendo no país. De acordo com o Ministério das Relações Exteriores (MRE), mais de 3 milhões de brasileiros vivem fora do país - quatro vezes o número de estrangeiros aqui.





Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 1920, 1 em cada 20 pessoas (5%) no país era estrangeira - recorde da nossa história recente. Nessa época, consolidava-se no país a presença de comunidades alemãs e italianas.

O contingente estrangeiro no país foi caindo, ao mesmo tempo em que a população nativa crescia. No Censo 2000, registraram-se 431 mil imigrantes para uma população de 190 milhões de habitantes. A trajetória dessa curva se alterou a partir de 2010, com a chegada de bolivianos, haitianos e, mais recentemente, sírios e venezuelanos - ainda assim, o país se mantém muito abaixo das proporções migratórias vistas ao resto do mundo.

Para Camila Asano, coordenadora da ONG Conectas, o Brasil tem dimensões continentais e condições de receber os migrantes. Se os brasileiros têm dificuldade de acessar serviços básicos, isso é anterior à chegada dessas pessoas. Devem-se aprimorar serviços, para que o atendimento a ninguém, migrante ou brasileiro, seja prejudicado por gestão ineficiente. Isso, de maneira alguma, deve servir de justificativa para criticar a chegada de migrantes.

Lei da migração no Brasil

Aprovada em 2017, a Lei nº 13.445/2017, que ficou conhecida como Nova Lei da Migração, substituiu o Estatuto do Estrangeiro de 1980. A antiga lei adotava uma postura de segurança nacional e de criminalização do estrangeiro.

Principais pontos da lei:

- Paradigma central = proteção de direitos humanos na temática das migrações, como decorrência da proteção constitucional da dignidade da pessoa humana;
- Ao migrante é garantida, assim como aos nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, assegurando-lhe também os direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicos;
- Regularização migratória passa a ser a regra;
- Facilita a obtenção de documentos para legalizar a permanência do imigrante no Brasil, bem como o acesso ao mercado de trabalho regular e serviços públicos;
- Os imigrantes não podem mais ser presos por estarem de modo irregular no país;
- Permite aos imigrantes que se manifestem politicamente, associando-se a reuniões políticas e sindicatos;



- Diferente do Estatuto do Estrangeiro, a lei também trata dos brasileiros que vivem no exterior; e
- Repudia expressamente a discriminação e a xenofobia.

Conclusão

Somos um país de 211 milhões de habitantes, com pouquíssimos imigrantes. O Brasil atravessa um difícil momento econômico, político e social. O desemprego atinge milhões de brasileiros. A causa dos nossos graves problemas não está nos imigrantes, tampouco, em alguns milhares de venezuelanos que migraram para o nosso país. É um número ínfimo, muito pequeno, diante do tamanho da nossa população.

Se houvesse vontade política e uma adequada governança do nosso país, a vida do brasileiro estaria bem melhor, bem como a capacidade do país de acolher estrangeiros, especialmente dos que aqui buscam refúgio, como os venezuelanos, sírios e haitianos.



O Brasil e a questão migratória

O número de estrangeiros que vivem no Brasil cresceu no século XXI. Os maiores contingentes de imigrantes são da Venezuela, do Haiti e da Bolívia. Além dos latino-americanos, desses e de outros países, aumentou também o número de asiáticos e africanos, principalmente de países como Síria, Senegal, Nigéria e Gana, em geral, fugindo de conflitos bélicos nos seus países.

Apenas 0,4% de todos os habitantes do Brasil são estrangeiros. Essa é uma proporção bem pequena, principalmente quando comparada com a média mundial dos países em desenvolvimento, que é de 1,7%.

Lei da migração no Brasil: a Lei nº 13.445/2017 substituiu o Estatuto do Estrangeiro de 1980. A antiga lei adotava uma postura de segurança nacional e de criminalização do estrangeiro.

- Paradigma central = proteção de direitos humanos na temática das migrações, como decorrência da proteção constitucional da dignidade da pessoa humana;



IDH

O **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)** surgiu em 1990, no Primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) da ONU. O índice varia em uma escala de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, mais elevado é o IDH. No ranking, os países são divididos em quatro categorias: nações com índice de desenvolvimento "muito alto" (igual ou acima de 0,800), "alto" (de 0,700 a 0,799), "médio" (de 0,555 a 0,699) e "baixo" (abaixo de 0,555).

O IDH leva em conta três indicadores:

Educação (acesso ao conhecimento) – Duas taxas são usadas para medir a qualidade da educação de um país. O primeiro é a média de anos de educação de adultos (pessoas com mais de 25 anos de idade). O segundo é a **expectativa de anos de estudo para crianças, no início da vida escolar**.

Saúde (vida longa e saudável) – A **expectativa de vida ao nascer** é utilizada para medir a longevidade da população de um país. Esse número leva em conta todas as mortes precoces que ocorrem no país para chegar a uma expectativa de quantos anos viverá um recém-nascido. Ou seja, tem relação com fatores como as condições de saúde, a taxa de mortalidade infantil e a violência nacionais.

Renda (padrão de vida) – O terceiro componente do IDH é determinado pela renda per capita nacional. Para chegar à renda per capita, você deve dividir toda a renda nacional pelo número de habitantes de um país. Para evitar distorções na análise, a renda per capita é medida em **dólar**, considerando ainda a **paridade do poder de compra** (um método que revela quanto a moeda local é capaz de comprar no âmbito internacional, desconsiderando o custo de vida local).

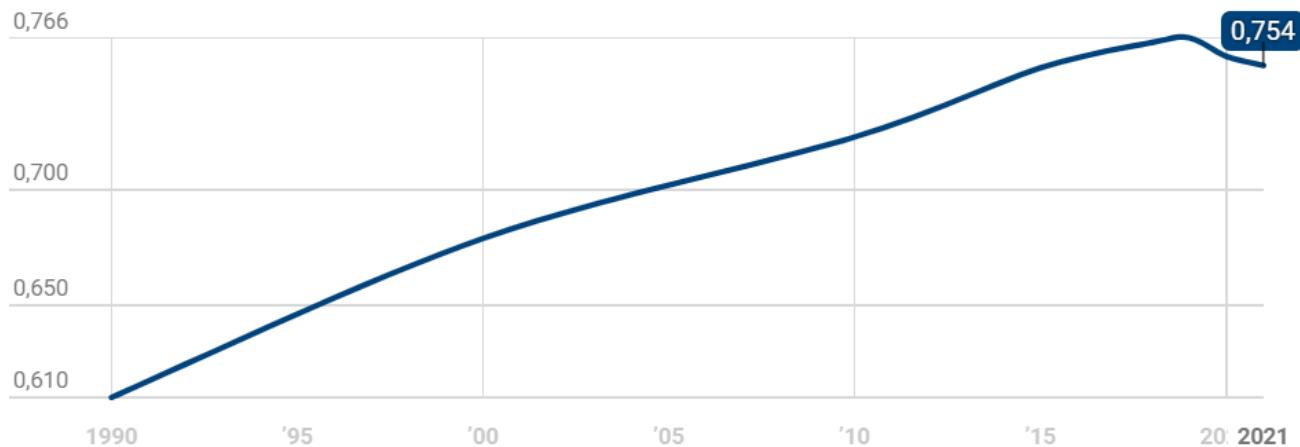
O último relatório do IDH dos países é de 2022, com informações do ano de 2021. Nessa lista, o **Brasil** está em **87º lugar**, com índice de **0,754**. Está classificado como um país de **IDH alto**. Contudo, o Brasil tem registrado queda no ranking global ao longo dos anos recentes, e, nessa última medição, o valor do IDH também recuou:

- Em 2021, o Brasil ocupa a posição 87^a, com índice de 0,754.
- Em 2020, o Brasil estava na 84^a, com 0,758.
- E, em 2019, estava na 79^a, com 0,766.



IDH do Brasil de 1990 a 2021

país registra queda nos 2 últimos anos



fonte: PNUD



A queda nas posições, mesmo com o aumento do índice, mostra que o Brasil tem obtido progresso, porém, de forma mais lenta que outros países. Contudo, a queda geral do índice nesse último biênio mostra um retrocesso do IDH.

Apesar disso, o número não pode ser avaliado de forma isolada, pois **o IDH global também registrou queda nesse período: passou de 0,739 para 0,732 entre 2019 e 2021**. Segundo a ONU, o IDH registrou queda por causa dos reveses causados pela pandemia de covid-19 e das mudanças climáticas. A guerra na Ucrânia já produz efeitos que podem piorar este cenário. A reversão do IDH é quase universal, pois mais de 90% dos países registraram declínio na pontuação em 2020 ou 2021, e mais de 40% caíram nos dois anos, sinalizando que a crise ainda está se aprofundando em muitos deles, segundo o PNUD. Porém, a queda não foi generalizada e alguns países como China, Austrália, Coreia do Sul e Japão apresentaram ganhos nesse período.

Veja nas imagens abaixo o panorama geral do índice no mundo:



O ranking do IDH

Os 10 primeiros

1		Suíça	0,962	
2		Noruega	0,961	
3		Islândia	0,959	
4		Hong Kong	0,952	
5		Austrália	0,951	
6		Dinamarca	0,948	
7		Suécia	0,947	
8		Irlanda	0,945	
9		Alemanha	0,942	
10		Holanda	0,941	

Índice muito elevado

19.	Japão	0,925	
21.	Estados Unidos	0,921	
27.	Espanha	0,905	
28.	França	0,903	
30.	Itália	0,895	
38.	Portugal	0,866	
42.	Chile	0,855	
47.	Argentina	0,842	
58.	Uruguai	0,809	

Índice elevado

79.	China	0,768	
87.	Brasil	0,754	
109.	África do Sul	0,713	

Índice médio

120.	Venezuela	0,691	
132.	Índia	0,633	

Fonte: Pnud

Índice baixo (os últimos do ranking)

189.	Níger	0,400	
190.	Chade	0,394	
191.	Sudão do Sul	0,385	

Os números do IDH — Foto: Arte/O Globo

De um modo geral, Europa e América do Norte predominam entre os países de desenvolvimento muito alto; países latino-americanos e do leste europeu aparecem na categoria de desenvolvimento alto; países do norte africano e do sudeste asiático predominam entre os de desenvolvimento médio; e boa parte dos países africanos figura entre os países de desenvolvimento baixo.

Na América do Sul, o país mais bem colocado é o Chile, com 0,855 de IDH em 42º lugar. A seguir vêm Argentina, em 47º (0,842); Uruguai, em 58º (0,809); Peru, em 84º (0,762); Brasil, em 87º (0,754); e Colômbia, em 88º (0,752).



IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano - IDH surgiu em 1990, no Primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD/ONU. O índice varia em uma escala de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, mais elevado é o IDH.

No ranking, os países são divididos em quatro categorias: nações com índice de desenvolvimento "muito alto" (igual ou acima de 0,800), "alto" (de 0,700 a 0,799), "médio" (de 0,555 a 0,699) e "baixo" (abaixo de 0,555).

O IDH leva em conta três indicadores:

- Educação – acesso ao conhecimento.
- Saúde – vida longa e saudável.
- Renda – padrão de vida.

O último relatório do IDH dos países é de 2022, com informações do ano de 2021. Nessa lista, o **Brasil** está em **87º lugar**, com índice de **0,754**. Está classificado como um país de **IDH alto**. Contudo, o Brasil tem registrado queda no ranking global ao longo dos anos recentes, e, nessa última medição, o valor do IDH também recuou.

No período de 2019 a 2021, **o IDH global também registrou queda: passou de 0,739 para 0,732**. Segundo o PNUD, o IDH registrou queda por causa dos reveses causados pela pandemia de covid-19 e das mudanças climáticas. A guerra na Ucrânia já produz efeitos que podem piorar este cenário. A reversão do IDH é quase universal, pois mais de 90% dos países registraram declínio na pontuação em 2020 ou 2021, e mais de 40% caíram nos dois anos.



CHUVAS EXTREMAS, ENCHENTES E DESLIZAMENTOS DE ENCOSTAS NO BRASIL

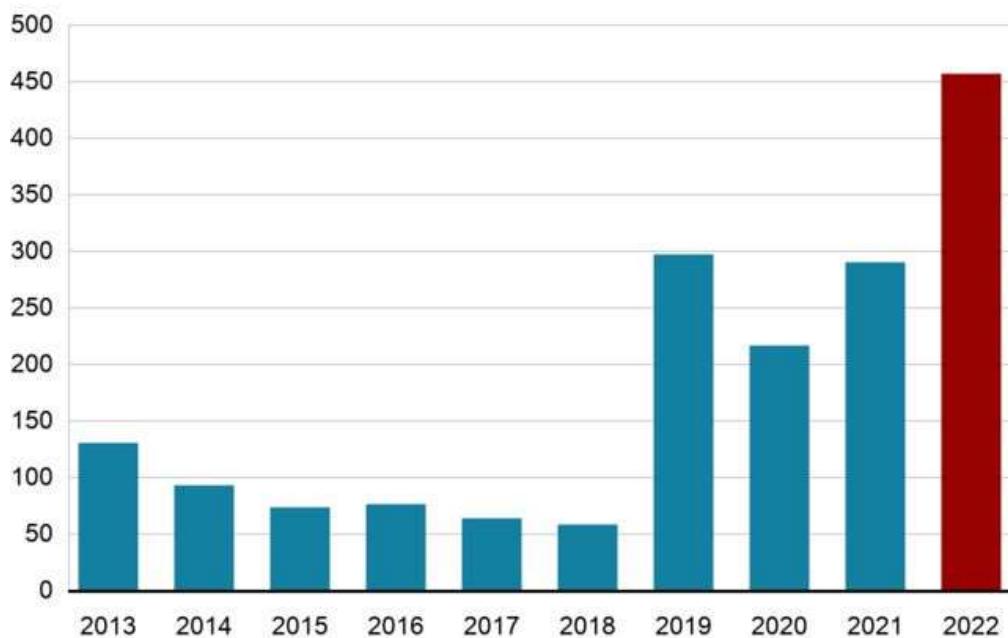
Ao longo dos anos recentes, uma série de tragédias relacionadas à ocorrência de chuvas em níveis extremos tem ocorrido no Brasil, gerando um elevado número de mortes, de feridos e de danos materiais.

Em fevereiro de 2023, um forte temporal castigou a região do litoral Norte do estado de São Paulo, em especial a **Vila Sahy**, um núcleo habitacional localizado no município de São Sebastião. A Vila Sahy está situada em uma região de encostas, assim, as chuvas ocasionaram deslizamentos de terras, destruindo as edificações e soterrando os habitantes. Foram registradas, ao menos, 60 mortes e centenas de feridos, de desalojados e de desabrigados.

Em 2022, uma tragédia semelhante ocorreu na cidade de **Petrópolis (RJ)**, quando mais de 200 pessoas morreram. Nesse mesmo ano, estados do Nordeste foram castigados com chuvas extremas e elevados números de mortes, sobretudo na cidade de **Recife (PE)**. Nos anos de 2019 a 2021, o número de mortes devido às chuvas extremas também foi elevado no país. Em 2020, a região mais atingida foi a cidade de Belo Horizonte, onde 60 pessoas foram mortas e viralizou a cena de uma grande cratera se abrindo em meio a uma rodovia do município.

O que se verifica é que, desde 2019, o número de mortes pela chuva está crescendo em relação aos anos anteriores. O gráfico a seguir, elaborado pela BBC em junho 2022, elucida esses dados:

Mortes por excesso de chuva no Brasil



Fonte: Confederação Nacional dos Municípios / Defesas Civis

BBC



Essas catástrofes têm sido recorrentes no Brasil e todas apresentam elementos em comum. Vejamos a seguir as suas causas:

- **Chuvas extremas:** é normal que, durante os primeiros meses do ano, a chuva seja mais frequente, afinal, é verão. Essa é estação mais quente do ano e, com o aumento de temperatura, a evaporação ocorre em grande quantidade, transformando-se em chuva. Apesar disso, as precipitações registradas ao longo dos anos recentes têm sido em um número muito superior à média verificada ao longo das últimas décadas.

Em São Sebastião (SP), no fim de semana em que ocorreu a tragédia o volume de chuva foi de 640 mm em 24 horas — três vezes maior do que o evento mais extremo documentado na cidade até então, em 2014, quando choveu 179 mm em 10 horas. Em Petrópolis (RJ), no ano de 2022, também havia sido a pior chuva registrada desde 1932.

O volume de chuvas muito acima da média indica que esses eventos foram anormais, extremos. O aumento da frequência e da intensidade dos fenômenos climáticos extremos tem sido observado em outras partes do mundo, logo, não se trata mais de uma exceção. Para designar esse novo modelo de comportamento do clima, os climatologistas utilizam o termo de “**novo normal climático**”, o qual a humanidade já está vivenciando. O novo normal climático, cuja ocorrência de eventos extremos já não é tão rara quanto no passado, caracteriza-se por vários tipos de condições climáticas adversas, além das chuvas intensas, como as secas prolongadas, as temperaturas extremas, maior ocorrência e intensidade de rajadas de ventos, de ciclones, de furacões e de tufões.

Para a grande maioria dos cientistas do clima, o novo normal climático é uma das consequências do processo de mudanças climáticas, causadas pelas ações do ser humano no meio ambiente, sobretudo com a emissão de gases do efeito estufa na atmosfera.

- **Deslizamentos de encostas:** nos deslizamentos do litoral Norte do estado de São Paulo e em outros casos ocorridos no Brasil, a tragédia para as pessoas nas áreas afetadas teve maior dimensão devido a antigos problemas da urbanização brasileira.

Os deslizamentos de terra são fenômenos naturais e comuns na natureza, especialmente em áreas de encosta e de relevo acidentado. São geralmente ocasionados em épocas de chuvas, quando o solo, saturado de água, não consegue suportar e se rompe, movendo-se encosta abaixo.

No Brasil, muitas pessoas, geralmente de baixa renda, ocupam essas áreas por serem uma das únicas alternativas de locais possíveis para residirem, devido ao seu baixo custo. Ao ocuparem as encostas, também se retira a vegetação, que ajuda a absorver parte da água do solo e lhe dar consistência. Sem a vegetação, o solo perde a resistência, tornando-se ainda mais suscetível aos deslizamentos. Foi o que ocorreu na Vila Sahy, local de ocupação irregular, por estar em área de proteção ambiental, suscetível a deslizamentos.

No contexto urbano brasileiro, chamamos isso de **segregação socioespacial**, termo que as bancas gostam muito de utilizar em questões sobre a realidade brasileira. A segregação socioespacial é o processo no qual camadas da população — mormente os grupos sociais de baixa renda — são levadas a morar em lugares distantes, periféricos, desprovidos de equipamentos públicos, com baixa infraestrutura e em locais de risco, como nas encostas.



Na Vila Sahy, é possível constatar muito bem essa realidade urbana, uma vez que próximo dali está a Barra do Sahy, uma praia frequentada por pessoas de alta renda que buscam refúgio no litoral Norte de São Paulo. A Vila Sahy e a Barra do Sahy são separadas pela Rodovia Rio-Santos.

Do lado da Barra, onde fica a praia, são oferecidas suítes de luxo, casas em condomínios com piscina e quadra de tênis que chegam a ser valoradas em milhões de reais. Do lado oposto, separada pela rodovia, está a Vila Sahy, um núcleo habitacional que surgiu na década de 1990 a partir de ocupações feitas por famílias pobres que buscavam emprego na Barra.

O ideal seria não ocupar essas áreas de risco, contudo, existem uma série de ações que o poder público poderia tomar para reduzir o impacto das chuvas extremas e dos deslizamentos de terra, tais como:

- Reassentar ao máximo as ocupações existentes nessas áreas. Devido à realidade do Brasil, muitas vezes isso não é possível, assim, busca-se a regularização fundiária com a normatização dessas ocupações e a implantação da urbanização possível e do que for possível preservar.;
- A realização frequente de estudos que avaliem a suscetibilidade a deslizamentos das encostas ocupadas, a preservação da vegetação, a concretização de obras que permitam uma drenagem adequada e o despejo correto do lixo, de modo a não bloquear as saídas de água e aumentar o peso sobre o solo.

No caso da Vila Sahy, há anos o Ministério Público de São Paulo (MP-SP) pressiona a prefeitura de São Sebastião para realizar a regularização fundiária do local. Desde 2016, a prefeitura proibiu, por força de lei, a expansão da área. Estabeleceu-se, para tanto, um perímetro: dentro dele, ninguém poderia ampliar as casas já existentes. Fora, ninguém poderia construir. Na prática, porém, a expansão da área continuou.

Mais recentemente, em 2021, o MP-SP moveu uma ação específica contra a Prefeitura de São Sebastião para obrigar-a a impedir novas ocupações e a oferecer moradias dignas e seguras para quem já morava na região de alto risco. Contudo, pouco foi feito nesse sentido, de tal forma que, de acordo com a opinião de alguns agentes públicos, o que aconteceu na Vila Sahy foi uma tragédia anunciada.

No infográfico a seguir, podemos ver a região do litoral Norte onde ocorreram os desastres ambientais e a topografia do local. Observem que a Vila Sahy está encravada na encosta dos morros da Serra do Mar, em área de alto risco. Do outro lado da Rodovia Rio-Santos, estão as casas da praia do Sahy, em um espaço com menos riscos de tragédias ambientais.



Áreas mais afetadas pela chuva



Topografia da região



Ilustração fora de escala e medidas aproximadas
Infográfico Luciano Veronezi

Fonte: encurtador.com.br/BOQU6



Chuvas extremas, enchentes e deslizamentos de encostas no Brasil

Nos últimos anos, uma série de tragédias relacionadas à ocorrência de chuvas em níveis extremos tem ocorrido no Brasil, gerando elevado número de mortes, de feridos e de danos materiais.

Em fevereiro de 2023, um forte temporal atingiu o litoral Norte do estado de São Paulo, especialmente a **Vila Sahy**, que está localizada em uma região de encostas e sofreu deslizamentos de terra, destruindo edificações e soterrando habitantes. Foram registradas pelo menos 60 mortes e centenas de feridos, desalojados e desabrigados.

Em 2022, tragédia semelhante ocorreu na cidade de Petrópolis (RJ), quando mais de 200 pessoas morreram. Nesse mesmo ano, estados do Nordeste foram castigados com chuvas extremas e elevados números de mortes, sobretudo na cidade de Recife (PE). Nos anos de 2019 a 2022, o número de mortes relacionado a chuvas extremas também foi elevado no país.

Essas catástrofes recorrentes no Brasil têm em comum dois elementos: **o aumento do volume de chuva em níveis extremos e os deslizamentos de encostas**.

O volume de chuvas muito superior à média registrada ao longo das últimas décadas indica que esses eventos foram anormais e extremos. O aumento da frequência e da intensidade dos fenômenos climáticos extremos tem ocorrido também em outras partes do mundo, não podendo mais ser considerado uma exceção.

Para muitos cientistas, isso é uma das consequências do processo de mudanças climáticas, causadas pelas ações humanas no meio ambiente. Para designar esse novo modelo de comportamento do clima, os climatologistas utilizam o termo de “**novo normal climático**”, o qual a humanidade já está vivenciando.

Os deslizamentos de terra, por sua vez, são fenômenos naturais e comuns na natureza, especialmente em áreas de encosta e de relevo acidentado. Contudo, a ocupação dessas áreas agrava a situação, já que retira a vegetação e torna o solo mais suscetível a deslizamentos. No Brasil, muitas pessoas, geralmente de baixa renda, povoam essas áreas por serem uma das únicas alternativas possíveis para residência devido ao baixo custo.

O ideal seria não ocupar espaços de risco, porém, existem uma série de ações que o poder público poderia tomar para reduzir o impacto das chuvas extremas e dos deslizamentos de terra, por exemplo:

- Reassentar ao máximo as ocupações existentes nessas áreas. Devido à realidade do Brasil, muitas vezes isso não é possível, assim, busca-se a regularização fundiária com a normatização dessas ocupações e a implantação da urbanização possível e do que for possível preservar.
- A realização frequente de estudos que avaliem a suscetibilidade a deslizamentos das encostas ocupadas, a preservação da vegetação, a concretização de obras que permitam uma drenagem adequada e o despejo correto do lixo para que não bloqueiem as saídas de água e aumentem o peso sobre o solo.



QUESTÕES COMENTADAS – ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E TERRITORIAL DO BRASIL – MULTIBANCAS

1. (QUADRIX/CREMEO/2022) O Supremo Tribunal Federal (STF) é a mais alta Corte do Poder Judiciário brasileiro.

COMENTÁRIOS:

Também conhecido como Suprema Corte, o Supremo Tribunal Federal é a mais alta instância do Poder Judiciário brasileiro; está no topo da hierarquia entre os tribunais. Desse modo, sendo um tribunal nacional, a sua jurisdição abrange todo o território brasileiro.

Gabarito: Certo

2. (CEBRASPE/PGE-PE/2019 – ANALISTA JUDICIÁRIO) Na qualidade de esteio maior da lei, a justiça protagonizada pela formalidade do Poder Judiciário deve atender aos interesses dos demais poderes da República.

COMENTÁRIOS:

O artigo 2º da Constituição de 1988 prescreve: “São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”. O Poder Executivo exerce a função administrativa, o Poder Legislativo, a função legislativa e fiscalizatória, e o Poder Judiciário, a função judicial.

Cada um desses órgãos exerce sua função de maneira predominante, mas não exclusiva. Além do mais, a Constituição prevê uma série de atribuições a cada Poder, de maneira que cada um deles efetue um “controle” sobre as atividades dos outros, “limitando-as”. Esse é um controle recíproco.

O Poder Judiciário julga conflitos com base na lei. As suas decisões até podem atender aos interesses dos demais poderes, em função de decisões proferidas com base na lei. Porém, não é um Poder subordinado aos interesses dos demais poderes. É um poder independente.

Gabarito: Errado



QUESTÕES COMENTADAS – CENSO DEMOGRÁFICO – MULTIBANCAS

1. (FGV/PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – SP/2023) Dados do censo 2022 mostram que a população brasileira está envelhecendo.

Isso é um reflexo

- A) da crescente expectativa de vida média e da diminuição da taxa de fecundidade no país.
- B) do aumento da longevidade, garantida pelas recentes reformas trabalhista e previdenciária.
- C) da diminuição da fertilidade feminina, em função do recorrente quadro de epidemia de zika e outras doenças.
- D) do aumento da violência urbana, que vitimiza crianças e adolescentes.
- E) do estreitamento no topo da pirâmide etária, e de um alargamento na base.

COMENTÁRIOS:

A alternativa correta é a letra “A”, pois reflete corretamente as principais causas desse envelhecimento:

- Crescente expectativa de vida média: isso significa que as pessoas estão vivendo mais tempo, o que naturalmente contribui para o aumento da população idosa;
- Diminuição da taxa de fecundidade: o número médio de filhos por mulher tem diminuído ao longo das décadas, o que resulta em menos nascimentos e, consequentemente, em uma população mais envelhecida.

Nesse contexto, a pirâmide etária vem passando por um processo de estreitamento da base (crianças e jovens) e de aumento do seu topo (adultos) e do seu topo (idosos).

O aumento da longevidade (isto é, da expectativa de vida), mencionado na letra “B”, também reflete no envelhecimento da população, mas é preciso considerar a diminuição da taxa de fecundidade nesse processo. Além disso, está incorreto associar o aumento da longevidade às reformas trabalhista e previdenciária. O aumento da longevidade está relacionado, sobretudo, às melhorias nas condições de saúde da população.

É comum se fazer uma confusão sobre as taxas de fecundidade e fertilidade, como se fossem os mesmos conceitos. Isso está errado. A taxa de fecundidade é o número médio de filhos por mulher. A taxa de fertilidade é um indicador relacionado ao número de mulheres em idade fértil no conjunto da população feminina. Conforme o IBGE, as recentes epidemias de zika vírus e covid-19 estão entre os fatores que contribuíram para a diminuição da fecundidade feminina no período de 2010 a 2022.

Gabarito: A



2. (FGV/CÂMARA MUNICIPAL DE TAUBATÉ-SP/2022 – CONTADOR LEGISLATIVO) Em 2022, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realiza um novo censo demográfico, para atualizar o retrato do Brasil e embasar novas políticas públicas. Assinale a afirmativa que caracteriza corretamente o censo demográfico brasileiro.

- (A) Informar os dados solicitados na pesquisa é facultativo e pode ser por internet.
- (B) As informações colhidas são abertas e podem ser objeto de certidão.
- (C) O recenseado pode optar em responder o questionário básico ou o ampliado.
- (D) Foram incluídas perguntas sobre orientação sexual e a identidade de gênero
- (E) O recenseador pode perguntar sobre identificação étnico-racial, educação e rendimento do responsável pelo domicílio, entre outros.

COMENTÁRIOS:

a) Incorreto. De acordo com a legislação brasileira, a participação no Censo é obrigatória, sob pena de multa. Todavia, não é obrigatório responder ao questionário de forma presencial, o que pode ser feito por telefone ou pela internet.

b) Incorreto. A legislação assegura o sigilo das informações prestadas, sendo usadas exclusivamente para fins estatísticos. Não podem ser usadas como prova em processo administrativo, fiscal e judicial ou para qualquer outra finalidade.

c) Incorreto. O recenseado não pode escolher o questionário que irá responder. Cerca de 10% dos domicílios recenseados responderão ao questionário da amostra, escolhido de forma aleatória com base em critérios estatísticos.

d) Incorreto. Não foram incluídas no Censo de 2022 perguntas sobre orientação sexual e a identidade de gênero.

e) Correto. Questões sobre identificação étnico-racial, educação e rendimento do responsável pelo domicílio estão presentes no Censo.

Gabarito: E

3. (IBADE/IBGE/2020 - AGENTE CENSITÁRIO/ADAPTADA) É correto afirmar que em 2022, o IBGE realizará:

- a) XIII Censo Demográfico, que será um “retrato de corpo inteiro” do País.
- b) X Censo Demográfico, que será um “retrato de corpo inteiro” do País.
- c) XIII Censo Demográfico, que será uma “parte do retrato” do País.
- d) X Censo Demográfico, que será uma “parte do retrato” do País.



e) X Censo Demográfico, que será uma “parte do retrato dos estados” do País.

COMENTÁRIOS:

Em 2022, o IBGE realizará o XIII Censo Demográfico, que será um “retrato de corpo inteiro” do País.

Gabarito: A

4. (IBADE/IBGE/2020 - RECENSEADOR) Em relação ao Censo Demográfico realizado pelo IBGE, é correto afirmar que:

- a) é a principal fonte de dados sobre a situação de vida da população nos municípios e localidades.
- b) a última coleta do Censo Demográfico no Brasil ocorreu no ano de 2000.
- c) é a operação realizada a cada 5 anos para contar a população e obter informações sobre as principais características dos habitantes e de seus domicílios.
- d) os dados do IBGE não podem ser utilizados para a definição de políticas públicas em nível municipal.
- e) dados sobre a distribuição territorial no país e a evolução de seu quantitativo ao longo do tempo não são coletados pelo Censo Demográfico IBGE.

COMENTÁRIOS:

a) Correta. O Censo Demográfico é a principal fonte de dados sobre a situação de vida da população nos municípios e localidades.

b) Incorreta. A última coleta do Censo Demográfico no Brasil ocorreu no ano de 2010.

c) Incorreta. O Censo Demográfico é a operação realizada a cada 10 anos para contar a população e obter informações sobre as principais características dos habitantes e de seus domicílios.

d) Incorreta. Os dados do IBGE podem ser utilizados para a definição de políticas públicas nas três esferas de governo, Federal, Estadual e Municipal.

e) Incorreta. Os dados sobre a distribuição territorial no país e a evolução de seu quantitativo ao longo do tempo **são** coletados pelo Censo Demográfico.

Gabarito: A

(QUADRIX/CRO-AC/2019 - ASSISTENTE JURÍDICO/ADAPTADA) São muitas as razões para que o Censo Demográfico em 2022 retrate, com a maior fidelidade possível, a realidade do País e de sua população. Trata-se de um investimento indispensável para que se possa fazer frente aos enormes desafios que teremos nos próximos dez anos.

Internet: <<https://brasil.elpais.com>> (com adaptações).



Tendo o texto acima apenas como referência inicial, julgue os itens.

5. Em abril de 2019, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) anunciou uma redução de 25% dos gastos previstos com a realização do Censo Demográfico.

COMENTÁRIOS:

A difícil situação fiscal pela qual o Brasil passa nos últimos anos fez com que o Governo Federal desenvolvesse uma política de redução de gastos em muitos setores do país. Um dos cortes feitos foi no Censo Demográfico de 2021, com uma redução de 25% dos gastos previstos.

O questionário básico, que será aplicado em todos os 71 milhões de domicílios brasileiros, terá 26 perguntas, e não mais 34, como na última pesquisa realizada em 2010.

Já o questionário mais completo, destinado a uma amostra de 10% das residências do País, teve uma redução de 102 perguntas para 77.

Com a diminuição no número de perguntas do questionário, os gastos com a realização da pesquisa passam dos R\$ 3,1 bilhões previstos para R\$ 2,3 bilhões.

Entre os temas que não estarão mais presentes no Censo 2022 estão perguntas envolvendo a emigração internacional, renda e aluguel.

Gabarito: Certo

6. O IBGE, que realiza o Censo, determinou a redução do número de perguntas para 2022, visando a aumentar a produtividade e a agilizar a pesquisa.

COMENTÁRIOS:

Devido à falta de recursos financeiros, o IBGE reduziu o número de quesitos que serão investigados no Censo Demográfico 2022. O questionário básico terá 26 perguntas, e não mais 34 como na última pesquisa, realizada em 2010. O questionário da amostra, terá 77 quesitos, em vez dos 102 quesitos do censo anterior. Com isso, a coleta de informações de cada questionário levará menos tempo e a produtividade por recenseador aumentará. A presidente do IBGE, Susana Cordeiro Guerra, diz que a redução da pesquisa está em sintonia com a tendência internacional e visa a uma modernização que torne a operação mais simples e ágil.

Gabarito: Certo

7. As mudanças a serem implementadas no Censo 2022 motivaram críticas de diversos especialistas; argumentam eles que a falta de informações mais detalhadas prejudicaria as políticas públicas.

COMENTÁRIOS:

As mudanças a serem implementadas no Censo 2022 motivaram críticas de diversos especialistas. Alguma das críticas vieram do Ministério Público, que publicou um ofício pedindo explicações sobre os cortes, e



também de cinco ex-presidentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que divulgaram uma carta aberta contra os cortes orçamentários e as alternativas propostas para a realização do Censo 2022.

O Censo Demográfico constitui a principal fonte de referência para o conhecimento das condições de vida da população brasileira. O levantamento subsidia o planejamento e a execução de políticas públicas em áreas como educação, saúde e habitação, além de permitir avaliar a abrangência dessas iniciativas.

Gabarito: Certo

8. O Censo 2022 será aplicado entre agosto e outubro do ano que vem, visitando todas as residências brasileiras e compõe a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

COMENTÁRIOS:

O Censo 2022 será aplicado entre os meses de agosto a outubro de 2021, visitando todas as residências.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) é uma outra pesquisa, diferente do Censo Demográfico. Ela era realizada nos domicílios brasileiros para apurar características gerais da população, tendo como unidade de investigação o domicílio. Não é feita em todos os domicílios, como o Censo, mas por meio de uma amostragem estatística.

A PNAD foi encerrada em 2016 e substituída, com metodologia atualizada, pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua. Essa busca acompanhar as flutuações trimestrais e a evolução, no curto, médio e longo prazos, da força de trabalho, e outras informações necessárias para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País.

Gabarito: Errado



QUESTÕES COMENTADAS – O BRASIL E A QUESTÃO MIGRATÓRIA - MULTIBANCAS

(CEBRASPE/CBM-AL/2021 – SOLDADO) Embora as manchetes dos jornais possam indicar outra coisa, somente 3% dos mais de 7 bilhões de habitantes do planeta são migrantes internacionais, isto é, pessoas que vivem fora do país onde nasceram. Vivemos em uma época na qual a proporção de pessoas ricas (e idosas) é cada vez menor em contraposição a uma presença cada vez maior de pessoas pobres (e jovens). As pressões migratórias crescem sem parar em consequência das desigualdades internacionais e de conflitos insolúveis, e os países mais desenvolvidos se veem diante de uma encruzilhada decisiva em termos demográficos e de trabalho.

Internet: (com adaptações).

Acerca do atual processo migratório em escala mundial, julgue os próximos itens.

- 1. O relevante número de imigrantes latinos que entram ilegalmente no Brasil tem relação direta com a porosidade das fronteiras brasileiras e com a proximidade geográfica com os países de origem desses imigrantes.**

COMENTÁRIOS:

O Brasil é um país que recebe muitos imigrantes latinos, devido à proximidade geográfica dos países de origem e também por apresentar, no geral, melhores condições socioeconômicas que outras nações da região.

A imigração ilegal é favorecida pela porosidade das fronteiras. Esse é um termo derivado de poros, ou seja, de buracos. O fato de apresentar uma extensa faixa de fronteira, com grandes áreas compostas por densas florestas e cursos d'água, faz com que existam muitos “poros”, buracos na fiscalização de fronteira, facilitando a entrada ilegal no país.

Gabarito: Certo

- 2. Parte dos refugiados chegados ao Brasil possui qualificação profissional, mas, mesmo assim, enfrenta problemas para encaixe no mercado de trabalho.**

COMENTÁRIOS:

O Brasil registrou nos últimos anos um aumento histórico no número de solicitações de refúgio. Entretanto, esse aumento não foi acompanhado pela oferta de vagas de trabalho. Das dificuldades com a língua portuguesa à falta de informação das empresas, são muitos os obstáculos enfrentados.

Apesar da boa qualificação, refugiados acabam em desvantagem em processos seletivos formais, pois muitas empresas acreditam que o processo de contratação de um estrangeiro é mais burocrático, mais caro e mais demorado em relação à contratação de um brasileiro.



Mesmo com informação de fácil acesso, algumas empresas ainda acreditam que possa haver alguma ilegalidade na contratação de refugiados, passível de causar problemas com Ministério do Trabalho ou mesmo com a Polícia Federal.

Aliado à desinformação, o preconceito também é um fator determinante. Refugiados são muitas vezes associados a imigrantes ilegais ou a fugitivos.

Gabarito: Certo

3. (CESGRANRIO/BASA/2021 – TÉCNICO CIENTÍFICO) Das 140.774 pessoas em situação de deslocamento forçado registradas no sistema do Acnur (Alto Comissariado da ONU para Refugiados) no Brasil, 95% são da Venezuela. Destas, 46,7% são mulheres, das quais 31% são menores de idade e 3%, idosas. Segundo Rosana Baeninger, pesquisadora da Unicamp, é possível notar a presença significativa de mulheres em todas as fases da migração da Venezuela para o Brasil. A partir de 2018, com a piora da crise humanitária na Venezuela, intensifica-se a chegada de imigrantes de renda mais baixa pela fronteira amazônica. “É uma migração absolutamente familiar, e a presença feminina é muito vinculada a isso”, afirma a pesquisadora. Nessa fase, trata-se de uma migração fortemente dirigida pelo Estado e por ONGs, por meio da Operação Acolhida.

MANTOVANI, F. Diário de uma Refugiada. Jornal Folha de São Paulo, Mundo, 13 dez. 2020, p. A13. Adaptado.

A respeito da migração internacional, na fase mais recente do deslocamento venezuelano para o Brasil, as imigrantes chegam, majoritariamente, por via terrestre ao seguinte estado:

- (A) Roraima
- (B) Rondônia
- (C) Amazonas
- (D) Mato Grosso
- (E) Mato Grosso do Sul

COMENTÁRIOS:

Em decorrência da crise política, econômica e social pela qual passa, milhões de venezuelanos saíram do seu país, migrando para outros países da América Latina e do mundo, entre eles o Brasil, que faz fronteira com a Venezuela na região Norte. Os venezuelanos que migram para o Brasil chegam, em sua quase totalidade, por via terrestre, pelo estado fronteiriço de Roraima, sobretudo, pela cidade de Pacaraima.

Gabarito: A

4. (IBADE/PREFEITURA DE VILA VELHA/2020 – ANALISTA AMBIENTAL) Desde 2015, após o presidente Nicolás Maduro perder as eleições parlamentares, parte da população venezuelana começou a emigrar em maiores números para alguns países da América Latina. Segundo o FGV DAPP, em Roraima, na fronteira do Brasil com a Venezuela, o município de _____, tem recebido grande parte deste fluxo, em



meio ao surgimento de conflitos sociais. Complete a lacuna marcando a alternativa que informe, corretamente, o nome desse município brasileiro.

- (A) Caracara.
- (B) Pacaraima.
- (C) Uiramutã.
- (D) Alto Alegre.
- (E) Amajari.

COMENTÁRIOS:

Devido à grave crise política, econômica e social, um grande contingente de venezuelanos tem deixado o país desde 2015, migrando para outros países da América Latina e de outros continentes. Os venezuelanos entram no país principalmente por Pacaraima, em Roraima, na fronteira com a Venezuela. A grande maioria dos que permanecem no Brasil acaba ficando nesse estado, o de menor população, especialmente na sua capital, Boa Vista.

Gabarito: B

5. (IDECAN/IPC/2018 - PROCURADOR PREVIDENCIÁRIO)

Fuga da fome: como a chegada de 40 mil venezuelanos transformou a cidade

Nas contas da prefeitura, imigrantes representam mais de 10% da população da cidade. O reflexo se vê nas ruas: praças ocupadas, abrigos lotados e casas com até 31 moradores. Fluxo migratório começou em 2015, bateu recordes em 2017 e está aumentando em 2018.

<https://g1.globo.com>
05/02/2018 08h24 Atualizado 06/02/2018

A manchete acima denuncia um grave problema social que tomou conta de uma capital brasileira que vem sofrendo com o intenso fluxo de imigrantes venezuelanos. As cenas da chegada de centenas, até milhares de venezuelanos desempregados, famintos e desesperados se tornaram frequentes na cidade que recebe um número crescente de imigrantes. Já são 40 mil, segundo as contas da Prefeitura, o que equivale a mais de 10% dos cerca de 330 mil habitantes da capital do estado com menor índice populacional do Brasil. A cidade a qual estamos nos referindo é:

- a) Rio Branco.
- b) Boa Vista.
- c) Manaus.



d) Belém.

COMENTÁRIOS:

A cidade a que o enunciado se refere é Boa Vista, capital do estado de Roraima. O estado tem sido a principal porta de entrada, no Brasil, para os venezuelanos que fogem da crise econômica, social e política do seu país.

Gabarito: B

6. (CESGRANRIO/LIQUIGÁS/2018 – CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR) Considere o texto que aborda a imigração no Brasil contemporâneo.

Os venezuelanos chegam ao Brasil fugindo da crise econômica intensa instalada no país vizinho. De 2015 a junho deste ano, 56,7 mil venezuelanos procuraram a Polícia Federal. Nesse período, 35,5 mil pediram refúgio e 11,1 mil solicitaram residência no Brasil. Em abril, o governo deu início a um processo de distribuição de imigrantes venezuelanos concentrados na Amazônia para outras unidades da federação, no chamado processo de interiorização.

Metade dos imigrantes da Venezuela já deixou o Brasil, Jornal do Brasil, Nacional, 18 jul. 2018, p.4. Adaptado.

Essa chegada de imigrantes venezuelanos ao Brasil ocorre pelo seguinte estado:

- a) Pará.
- b) Amapá.
- c) Roraima.
- d) Rondônia.
- e) Amazonas.

COMENTÁRIOS:

A chegada dos venezuelanos se dá pelo estado de Roraima.

Gabarito: C



QUESTÕES COMENTADAS – IDH - MULTIBANCAS

1. (FCC/AFAP/2019 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) Criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é atualizado anualmente, visando permitir o conhecimento sobre as condições de vida das nações avaliadas. Este índice possui uma variação de 0 até 1, sendo que quanto mais próximo for de 1 a avaliação do país, melhor classificado ele será no IDH, ou seja, melhores condições de vida aquela população terá.

Analise o IDH do Brasil mostrado na tabela abaixo.

Ano	Posição no mundo	IDH
2015	79 ^a	0,754
2016	79 ^a	0,758
2017	79 ^a	0,759
2018	79 ^a	0,759

(PNUD)

Os dados apresentados e os conhecimentos sobre o contexto socioeconômico brasileiro indicam

- a) os elevados déficits em setores de importância socioeconômica, como é o caso da Previdência.
- b) que, atualmente, o país tem apresentado significativa redução das desigualdades sociais.
- c) que as condições de vida da população brasileira tiveram reduzida evolução.
- d) o esforço do governo para manter políticas públicas destinadas às crianças e jovens.
- e) a posição do Brasil como o país de maior IDH da América do Sul, superando a Argentina.

COMENTÁRIOS:

O IDH leva em conta três indicadores: educação (**acesso ao conhecimento**), saúde (**vida longa e saudável**) e renda (**padrão de vida**). A tabela mostra que o indicador teve um crescimento muito pequeno entre 2014 e 2018, de 0,005 e a posição do Brasil permaneceu a mesma no ranking do IDH dos países, 79^a posição. O Brasil não galgou nenhuma posição. Assim, os dados apresentados demonstram que as condições de vida da população brasileira tiveram uma reduzida evolução.

As outras alternativas estão **incorrectas**, pois o IDH não analisa a situação fiscal dos governos, não mede as desigualdades sociais, que são medidas pelo Índice de Gini e não analisa políticas públicas destinadas às crianças e jovens.



O IDH é um indicador de desenvolvimento humano. Chile, Argentina e Uruguai são os países com os maiores IDHs da América do Sul.

Gabarito: C

2. (FGV/COMPESA/2018 – ANALISTA DE GESTÃO) O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi concebido para superar uma abordagem meramente econômica de desenvolvimento, baseada na renda nacional. Assinale a opção que apresenta os critérios que são adotados para estabelecer o IDH.

- a) A taxa de desemprego, os investimentos em pesquisa e a média de anos de educação de adultos.
- b) A expectativa de vida, o acesso ao conhecimento e a renda medida em paridade com o poder de compra.
- c) A longevidade com saúde, a taxa de alfabetização e o produto interno bruto per capita.
- d) A esperança de vida ao nascer, a matrícula escolar nos três níveis do ensino e o índice de empregabilidade.
- e) O percentual da população economicamente ativa, o rendimento médio por gênero e o grau de desigualdade social.

COMENTÁRIOS:

As três variáveis utilizadas no cálculo do IDH são:

Educação (acesso ao conhecimento) - Duas taxas são usadas para medir a qualidade da educação de um país. O primeiro é a média de anos de educação de adultos (pessoas com mais de 25 anos de idade). O segundo é a **expectativa de anos de estudo para crianças**.

Saúde (longevidade) - A **expectativa de vida ao nascer** é utilizada para medir a longevidade da população de um país.

Renda - É determinado pela renda per capita nacional, medida em **dólar**, considerando ainda a **paridade do poder de compra** (um método que revela quanto a moeda local é capaz de comprar no âmbito internacional, desconsiderando o custo de vida local).

Se levarmos ao pé da letra, acesso ao conhecimento é diferente de nível de instrução. Entretanto, a banca utilizou essa palavra e a considerou **correta**.

Gabarito: B



LISTA DE QUESTÕES – ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E TERRITORIAL DO BRASIL – MULTIBANCAS

1. (QUADRIX/CREMEO/2022) O Supremo Tribunal Federal (STF) é a mais alta Corte do Poder Judiciário brasileiro.
2. (CEBRASPE/PGE-PE/2019 – ANALISTA JUDICIÁRIO) Na qualidade de esteio maior da lei, a justiça protagonizada pela formalidade do Poder Judiciário deve atender aos interesses dos demais poderes da República.



1. C
2. E



LISTA DE QUESTÕES – CENSO DEMOGRÁFICO – MULTIBANCAS

1. (FGV/PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – SP/2023) Dados do censo 2022 mostram que a população brasileira está envelhecendo.

Isso é um reflexo

- A) da crescente expectativa de vida média e da diminuição da taxa de fecundidade no país.
- B) do aumento da longevidade, garantida pelas recentes reformas trabalhista e previdenciária.
- C) da diminuição da fertilidade feminina, em função do recorrente quadro de epidemia de zika e outras doenças.
- D) do aumento da violência urbana, que vitimiza crianças e adolescentes.
- E) do estreitamento no topo da pirâmide etária, e de um alargamento na base.

2. (FGV/CÂMARA MUNICIPAL DE TAUBATÉ-SP/2022 – CONTADOR LEGISLATIVO) Em 2022, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realiza um novo censo demográfico, para atualizar o retrato do Brasil e embasar novas políticas públicas. Assinale a afirmativa que caracteriza corretamente o censo demográfico brasileiro.

- (A) Informar os dados solicitados na pesquisa é facultativo e pode ser por internet.
- (B) As informações colhidas são abertas e podem ser objeto de certidão.
- (C) O recenseado pode optar em responder o questionário básico ou o ampliado.
- (D) Foram incluídas perguntas sobre orientação sexual e a identidade de gênero
- (E) O recenseador pode perguntar sobre identificação étnico-racial, educação e rendimento do responsável pelo domicílio, entre outros.

3. (IBADE/IBGE/2020 - AGENTE CENSITÁRIO/ADAPTADA) É correto afirmar que em 2022, o IBGE realizará:

- a) XIII Censo Demográfico, que será um “retrato de corpo inteiro” do País.
- b) X Censo Demográfico, que será um “retrato de corpo inteiro” do País.
- c) XIII Censo Demográfico, que será uma “parte do retrato” do País.
- d) X Censo Demográfico, que será uma “parte do retrato” do País.



e) X Censo Demográfico, que será uma “parte do retrato dos estados” do País.

4. (IBADE/IBGE/2020 - RECENSEADOR) Em relação ao Censo Demográfico realizado pelo IBGE, é correto afirmar que:

- a) é a principal fonte de dados sobre a situação de vida da população nos municípios e localidades.
- b) a última coleta do Censo Demográfico no Brasil ocorreu no ano de 2000.
- c) é a operação realizada a cada 5 anos para contar a população e obter informações sobre as principais características dos habitantes e de seus domicílios.
- d) os dados do IBGE não podem ser utilizados para a definição de políticas públicas em nível municipal.
- e) dados sobre a distribuição territorial no país e a evolução de seu quantitativo ao longo do tempo não são coletados pelo Censo Demográfico IBGE.

(QUADRIX/CRO-AC/2019 - ASSISTENTE JURÍDICO/ADAPTADA) São muitas as razões para que o Censo Demográfico em 2022 retrate, com a maior fidelidade possível, a realidade do País e de sua população. Trata-se de um investimento indispensável para que se possa fazer frente aos enormes desafios que teremos nos próximos dez anos.

Internet: <<https://brasil.elpais.com>> (com adaptações).

Tendo o texto acima apenas como referência inicial, julgue os itens.

5. Em abril de 2019, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) anunciou uma redução de 25% dos gastos previstos com a realização do Censo Demográfico.

6. O IBGE, que realiza o Censo, determinou a redução do número de perguntas para 2022, visando a aumentar a produtividade e a agilizar a pesquisa.

7. As mudanças a serem implementadas no Censo 2022 motivaram críticas de diversos especialistas; argumentam eles que a falta de informações mais detalhadas prejudicaria as políticas públicas.

8. O Censo 2022 será aplicado entre agosto e outubro do ano que vem, visitando todas as residências brasileiras e compondo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).



- 1. A
- 2. E
- 3. A

- 4. A
- 5. C
- 6. C

- 7. C
- 8. E



LISTA DE QUESTÕES – IDH - MULTIBANCAS

1. (FCC/AFAP/2019 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) Criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é atualizado anualmente, visando permitir o conhecimento sobre as condições de vida das nações avaliadas. Este índice possui uma variação de 0 até 1, sendo que quanto mais próximo for de 1 a avaliação do país, melhor classificado ele será no IDH, ou seja, melhores condições de vida aquela população terá.

Analise o IDH do Brasil mostrado na tabela abaixo.

Ano	Posição no mundo	IDH
2015	79 ^a	0,754
2016	79 ^a	0,758
2017	79 ^a	0,759
2018	79 ^a	0,759

(PNUD)

Os dados apresentados e os conhecimentos sobre o contexto socioeconômico brasileiro indicam

- a) os elevados déficits em setores de importância socioeconômica, como é o caso da Previdência.
- b) que, atualmente, o país tem apresentado significativa redução das desigualdades sociais.
- c) que as condições de vida da população brasileira tiveram reduzida evolução.
- d) o esforço do governo para manter políticas públicas destinadas às crianças e jovens.
- e) a posição do Brasil como o país de maior IDH da América do Sul, superando a Argentina.

2. (FGV/COMPESA/2018 – ANALISTA DE GESTÃO) O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi concebido para superar uma abordagem meramente econômica de desenvolvimento, baseada na renda nacional. Assinale a opção que apresenta os critérios que são adotados para estabelecer o IDH.

- a) A taxa de desemprego, os investimentos em pesquisa e a média de anos de educação de adultos.
- b) A expectativa de vida, o acesso ao conhecimento e a renda medida em paridade com o poder de compra.
- c) A longevidade com saúde, a taxa de alfabetização e o produto interno bruto per capita.



d) A esperança de vida ao nascer, a matrícula escolar nos três níveis do ensino e o índice de empregabilidade.

e) O percentual da população economicamente ativa, o rendimento médio por gênero e o grau de desigualdade social.



1. C
2. B

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7

Concursado(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.